



Banco BS2 S.A.

Demonstrações financeiras
consolidadas em IFRS em
31 de dezembro de 2024

ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas	5
Relatório da Administração	3
Balço patrimonial consolidado	11
Demonstração consolidada do resultado	13
Demonstração consolidada do resultado abrangente	14
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	16
Demonstração consolidada do valor adicionado (DVA)	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS	18
1 Contexto operacional	18
2 Políticas contábeis materiais	18
3 Caixa e equivalentes de caixa	33
4 Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	33
5 Aplicações em depósitos interfinanceiros	33
6 Títulos e valores mobiliários	34
7 Derivativos	35
8 Transações de pagamento	36
9 Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>)	36
10 Outros ativos	42
11 Ativos não correntes mantidos para venda	43
12 Ativos tangíveis	43
13 Ativos intangíveis	44
14 Depósitos, captação no mercado aberto e recursos de mercados interbancários	44
15 Letras financeiras subordinadas	45
16 Outros passivos	45
17 Provisões	46
18 Patrimônio líquido	47
19 Receitas de juros e rendimentos similares e despesas de juros e encargos similares	49
20 Resultado de ativos e passivos financeiros	49
21 Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	49
22 Despesas gerais e administrativas	50
23 Demais receitas e despesas operacionais	50
24 Tributos	50
25 Lucro por ação	52
26 Informações por segmentos	52
27 Transações com partes relacionadas	54
28 Valor justo dos ativos e passivos financeiros	55
29 Índices operacionais	58
30 Gestão de riscos	59
31 Outras divulgações	66
Composição dos órgãos da administração	68

Prezados (as) Acionistas e Clientes,

Apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco BS2 S.A. ("Banco" ou "BS2"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Desde 2021 trilhamos uma jornada de dedicação exclusiva para apoiar o crescimento das empresas brasileiras, através de um ecossistema de produtos e serviços que vão além do crédito e compõem uma oferta de valor integrada às necessidades do dia a dia, tais como *cash management*, transações internacionais e seguros.

Também disponibilizamos conectividade das nossas soluções a plataformas de terceiros, no formato *Banking as a Service*, onde emprestamos nossa expertise para possibilitar a oferta de jornadas financeiras em outros ambientes. Nosso objetivo é crescer junto com nossos clientes e parceiros, gerando resultados para todos. Para isso, procuramos conhecer profundamente suas necessidades e assim promovemos um atendimento próximo e resolutivo.

Em 2024, optamos por uma atuação mais conservadora no crédito, diante do ambiente mais adverso deste mercado. Em contrapartida, crescemos substancialmente nossos serviços de *banking*, pagamentos, câmbio e seguros.

A **carteira de crédito** e transações de pagamento fechou o exercício em R\$ 4,3 bilhões, contra R\$ 7,6 bilhões de 31 de dezembro de 2023.

Nossas operações de **Câmbio** somaram de R\$ 55,0 bilhões no exercício de 2024, 35% a mais que no mesmo período do ano anterior, reforçando nossa constante evolução neste mercado, através de equipe altamente qualificada e produtos diferenciados, como nossa conta internacional multimoedas.

Na **Captação de Recursos** atingimos o montante de R\$ 5,9 bilhões, um crescimento de 17% em comparação aos R\$ 5,0 bilhões de 31 de dezembro de 2023, composta principalmente por depósitos a prazo (R\$ 4,1 bilhões), captações no mercado aberto e interbancários (R\$ 750,5 milhões) e letras financeiras subordinadas, que compõem nosso patrimônio de referência nível II, no montante de R\$ 147,6 milhões.

O **Lucro líquido consolidado** do exercício foi de R\$ 123,9 milhões, ante aos R\$ 129,8 milhões do mesmo período de 2023. Estes resultados são fruto da excelência na execução das nossas estratégias de crescimento no universo Pessoa Jurídica.

O **Patrimônio Líquido consolidado** atingiu R\$ 981,6 milhões, 6% maior que os R\$ 925,5 de 31 de dezembro de 2023. A adequação do patrimônio aos ativos de risco (Basileia) ficou em 15,14%, aumento de 0,51 p.p. ante aos 14,63% de 31 de dezembro de 2023.

ESG - Environmental - Social - Governance

Reafirmando nosso compromisso estabelecido com o Pacto Global da ONU desde 2020, seguimos atuando por um sistema financeiro mais sustentável, garantindo a conduta ética e o combate à corrupção. Isso se dá pelo fomento ao empreendedorismo e ao crescimento das empresas brasileiras, sempre com um olhar para os riscos sociais, ambientais e climáticos, bem como para o impacto gerado por nossas próprias atividades.

A consolidação da agenda de sustentabilidade vem impulsionando o desenvolvimento de iniciativas ESG, com destaque em 2023 para obtenção do selo Pró-ética, implementação de calculadora de risco social, ambiental e climático no processo de *onboarding* dos clientes, definição de metas para o programa de diversidade e a estruturação de um processo integrado de ESG nos novos produtos. Desdobramentos destas e outras iniciativas poderão ser acompanhados integralmente no relatório anual ESG disponibilizado em nosso site www.bancobs2.com.br.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, parceiros e clientes pela confiança e oportunidade de melhor servi-los.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

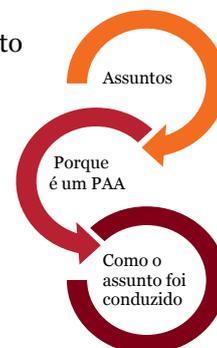
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Banco BS2 S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Perda de crédito esperada (*impairment*) sobre operações de crédito, em conformidade com o IFRS 9 - *Financial Instruments* (Notas 2.3(e), 2.4(d) e 9)

A mensuração da perda de crédito esperada de empréstimos e recebíveis (*impairment*) considera as determinações do IFRS 9 - *Financial Instruments* que estabelece requerimentos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, dentre os quais um modelo de provisão de perda para risco de crédito (*impairment*) que tem como base a perda esperada.

A estimativa da perda de crédito esperada das operações de crédito, considerando os requerimentos do IFRS 9, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da perda considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria.

Realizamos a atualização do nosso entendimento do processo desenvolvido pelo Banco para análise, avaliação e aplicação do IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma.

Em relação à metodologia de *impairment*, aplicamos determinados procedimentos de auditoria relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requisitos do IFRS 9; (ii) entendimento e testes relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela Administração; e (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação.

Adicionalmente, realizamos testes sobre a alocação das operações de crédito nos seus respectivos estágios conforme requisitos do IFRS 9 e análise das divulgações realizadas pela Administração em atendimento aos requisitos do IFRS 9.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração proporcionam uma base razoável para a apuração e registro contábil das perdas de crédito com base no IFRS 9, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Reconhecimento e valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Notas 2.3(f) e 24(a))

Os ativos fiscais diferidos compostos pelos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias na base de cálculo desses tributos sobre o lucro, bem como de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, são reconhecidos contabilmente na medida em que haja

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram entre outros, a atualização de entendimento dos procedimentos relevantes realizados pela Administração para apuração dos ativos fiscais diferidos e seu registro nos termos das normas contábeis, que incluem a necessidade de análise das

expectativa de lucros tributáveis futuros para realização dos mesmos.

perspectivas de realização desses créditos mediante projeção de lucros tributários futuros.



Banco BS2 S.A.

Porque é um PAA

A expectativa de realização desses créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração, incluindo utilização de premissas.

Considerando a subjetividade inerente a esse processo e a relevância dos valores envolvidos, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributável aprovado pelos órgãos de governança da administração e analisamos as principais premissas utilizadas com as informações de estudos de períodos anteriores, bem como com informações de mercado, quando aplicável.

Obtivemos entendimento quanto às premissas críticas incluídas nas projeções de resultados e efetuamos testes quanto ao cálculo matemático dos valores projetados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil dos créditos tributários referidos acima são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e mercado ativo (Nota 9)

A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidos pela União, estados e municípios.

O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.

Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, registro e divulgação desses títulos.

Adicionalmente, realizamos testes quanto à valorização de determinadas operações, que considerou: atualização do entendimento com a administração das principais premissas e metodologias adotadas; a análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os realizados; e a análise da razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras consolidadas.



Banco BS2 S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de Tecnologia de Informação

O processamento das transações do Banco e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Os riscos inerentes à Tecnologia de Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Dessa forma, a auditoria de Tecnologia de Informação foi considerada como área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, os processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados.

Testamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco.

Como resultado desses procedimentos de auditoria e considerando que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.



Banco BS2 S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Banco BS2 S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 26 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC MG-105346/O-2

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.058.794	702.563	646.353
Ativos financeiros		10.144.003	11.332.309	13.339.179
Ao custo amortizado		8.194.010	9.009.996	11.340.123
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	4	454.073	143.896	156.607
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	75.680	204.083	83.232
Títulos e valores mobiliários	6	408.366	205.657	22.222
Transações de pagamento	8(a)	2.102.324	5.901.822	9.514.129
Carteira de crédito	9	2.245.828	1.728.564	1.395.959
(-) Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>)	9	(67.929)	(87.088)	(42.950)
Outros ativos financeiros	10	2.975.668	913.062	210.924
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		886.293	1.204.199	1.096.318
Títulos e valores mobiliários	6	886.293	1.204.199	1.096.318
Ao valor justo por meio do resultado		1.063.700	1.118.114	902.738
Títulos e valores mobiliários	6	987.569	1.114.983	901.157
Derivativos	7	76.131	3.131	1.581
Ativos fiscais		322.151	273.431	288.272
Imposto de renda e contribuição social - correntes		89.957	80.029	89.753
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24(a)	186.187	178.123	185.051
Outros		46.007	15.279	13.468
Outros ativos não financeiros	10	101.974	62.764	49.011
Ativos não correntes mantidos para venda	11	20.097	25.759	21.052
Investimentos em participações de coligadas		177	533	637
Ativos tangíveis	12	62.487	60.799	93.195
Ativos intangíveis	13	274.158	219.401	148.901
Total do ativo		11.983.841	12.677.559	14.586.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Passivos financeiros		10.780.526	11.523.964	13.598.881
Ao custo amortizado		10.746.185	11.523.964	13.598.725
Depósitos	14	4.971.351	4.307.662	3.280.148
Captações no mercado aberto	14	435.174	80.374	4
Recursos de mercados interbancários	14	315.370	356.756	240.726
Letras financeiras subordinadas	15	147.605	252.231	220.644
Obrigações por transações de pagamento	8(b)	1.240.383	5.237.411	9.449.114
Outros passivos financeiros	16	3.636.302	1.289.530	408.089
Ao valor justo por meio do resultado		34.341		156
Derivativos	7	34.341		156
Provisões	17	38.165	34.402	28.246
Obrigações fiscais		32.837	35.349	33.620
Imposto de renda e contribuição social - correntes		3.237	1.260	133
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		2.693	38	30
Outras		26.907	34.051	33.457
Outros passivos não financeiros	16	150.721	166.946	125.547
Total do passivo		11.002.249	11.760.661	13.786.294
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		908.625	731.958	643.863
Capital social	18(a)	766.180	617.155	617.155
Reservas de capital		3.894	2.713	2.602
Reservas de lucros	18(b)	154.400	118.879	43.646
Outros resultados abrangentes	18(e)	(15.849)	(6.789)	(19.540)
Participações de acionistas não controladores	18(f)	72.967	184.940	156.443
Total do patrimônio líquido		981.592	916.898	800.306
Total do passivo e do patrimônio líquido		11.983.841	12.677.559	14.586.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Produto bancário		802.584	1.002.951
Receitas de juros e rendimentos similares	19	863.800	937.486
Despesas de juros e encargos similares	19	(689.680)	(685.509)
Resultado de ativos e passivos financeiros	20	280.002	274.901
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior		166.626	199.296
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	21	181.836	276.777
Perdas esperadas de ativos financeiros		(21.597)	(90.740)
Perdas esperadas com operações de crédito	9(d)	(32.243)	(90.223)
Perdas esperadas com demais ativos financeiros		(3.694)	(3.213)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo		14.340	2.696
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros		780.987	912.211
Outras receitas e despesas operacionais		(649.568)	(750.927)
Despesas gerais e administrativas	22	(640.479)	(612.541)
Despesas tributárias	24(c)	(107.883)	(124.672)
Resultado de participações em coligadas		2.002	234
Demais receitas e despesas operacionais	23	96.792	(13.948)
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		131.419	161.284
Imposto de renda e contribuição social	24(b)	(7.478)	(31.464)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.731)	(51.143)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(747)	19.679
Resultado líquido do período		123.941	129.820
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores		85.439	97.958
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores	18(f)	38.502	31.862
Lucro por ação - básico e diluído	25		
Ordinárias (em reais - R\$)		0,72	0,87
Preferenciais (em reais - R\$)		0,72	0,87
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - básica e diluída			
Ordinárias		83.120.551	77.427.557
Preferenciais		34.948.198	34.948.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado líquido do exercício	123.941	129.820
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (i)	(9.060)	12.678
Títulos e valores mobiliários	(16.473)	23.050
Efeito fiscal	7.413	(10.372)
Variação cambial de dependência no exterior (ii)		73
Ajustes de variação cambial de dependência no exterior		132
Efeito fiscal		(59)
Total de outros resultados abrangentes	(9.060)	12.751
Total do resultado abrangente	114.881	142.571
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores	76.379	110.709
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores	38.502	31.862

(i) Montantes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.

(ii) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A.

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

Valores expressos em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Total de outros resultados abrangentes	Resultado atribuível aos acionistas controladores	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	617.155	2.602	52.211	(19.540)		652.428	156.443	808.871
Ajuste de exercícios anteriores de controlada (nota 2(n))			(8.565)			(8.565)		(8.565)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	617.155	2.602	43.646	(19.540)		643.863	156.443	800.306
Outros resultados abrangentes no período				12.751		12.751		12.751
Remuneração baseada em ações		111				111		111
Variações nas participações de não controladores							(12.350)	(12.350)
Variações nas cotas de não controladores de fundos consolidados							17.779	17.779
Outros			7.275			7.275	220	7.495
Resultado líquido do período					97.958	97.958	31.862	129.820
Destinações:								
Constituição de reservas			67.958		(67.958)			
Juros sobre o capital próprio					(30.000)	(30.000)	(9.014)	(39.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	617.155	2.713	118.879	(6.789)		731.958	184.940	916.898
Outros resultados abrangentes no período				(9.060)		(9.060)		(9.060)
Remuneração baseada em ações		178				178		178
Direitos de subscrição de ações		1.003				1.003		1.003
Variações nas participações de não controladores							(148.836)	(148.836)
Aumento de capital	149.025					149.025		149.025
Outros			82			82	(1.639)	(1.557)
Resultado líquido do período					85.439	85.439	38.502	123.941
Destinações:								
Constituição de reservas			35.439		(35.439)			
Juros sobre o capital próprio					(50.000)	(50.000)		(50.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	766.180	3.894	154.400	(15.849)		908.625	72.967	981.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do período	123.941	129.820
Ajustes ao resultado líquido	(185.826)	543.987
Perdas esperadas com operações de crédito	32.243	90.223
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	3.694	3.213
Depreciação e amortização	55.685	55.519
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e outros investimentos	127	334
Resultado de participações em coligadas	(2.002)	(234)
Ganhos e perdas de capital líquidas	(981)	1.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	747	(19.679)
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(209.454)	(207.493)
Variação cambial de outros ativos e passivos	(69.854)	605.864
Pagamentos baseados em ações	178	111
Constituição (reversão) de provisão para contingências	3.791	14.497
Resultado líquido ajustado	(61.885)	673.807
Variações de ativos e passivos	504.304	(633.448)
Depósitos compulsórios no banco central do Brasil	(310.176)	12.710
Aplicações em depósitos interfinanceiros	128.403	(120.851)
Títulos e valores mobiliários	231.263	(474.686)
Carteira de crédito	(569.603)	(378.689)
Depósitos	663.689	1.027.514
Captações no mercado aberto	354.800	80.370
Recursos de mercados interbancários	(41.386)	116.031
Letras financeiras subordinadas	25.765	31.586
Transações de pagamento (Ativos e Passivos)	(184.544)	(599.395)
Derivativos (Ativos e Passivos)	(38.659)	(1.707)
Demais ativos e passivos financeiros e não financeiros	244.752	(326.331)
Caixa (aplicado) gerado nas operações	442.419	40.359
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.304)	(44.601)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)	430.115	(4.242)
2. Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	(14)	(549)
Alienação de investimento		677
Aquisição de imobilizado de uso	(37.826)	(5.209)
Alienação de imobilizado de uso	10.721	2.597
Aquisição de intangível	(90.483)	(134.261)
Alienação de intangível	5.362	43.211
Aquisição de participações societárias	(149.396)	(12.472)
Alienação de participações societárias	2.564	40
Baixa de participações societárias	6.358	
Dividendos recebidos	439	356
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)	(252.275)	(105.610)
3. Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(50.697)	(41.461)
Aumento de capital	149.025	
Aumento de capital de não controladores		30
Direitos de subscrição de ações	1.000	
Liquidação de instrumento de dívida elegíveis à capital	(130.391)	
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)	(31.063)	(41.431)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa (1+2+3)	146.777	(151.283)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	702.563	646.353
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	209.454	207.493
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.058.794	702.563
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	146.777	(151.283)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
1 - Receitas	1.567.459	1.583.772
Receitas de juros e rendimentos similares	863.800	937.486
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	181.836	276.777
Resultado de ativos e passivos financeiros	280.002	274.901
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	166.626	199.296
Perdas esperadas de ativos financeiros	(21.597)	(90.740)
Demais receitas e despesas operacionais	96.792	(13.948)
2 - Despesas de juros e encargos similares	(689.680)	(685.509)
3 - Insumos adquiridos de terceiros	(298.478)	(283.920)
Processamento de dados	(124.234)	(116.462)
Prestação de serviços	(132.783)	(129.820)
Comunicação	(9.743)	(13.138)
Propaganda e publicidade	(9.418)	(5.803)
Demais despesas administrativas	(22.300)	(18.697)
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	579.301	614.343
5 - Depreciação e amortização	(55.685)	(55.519)
6 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4-5)	523.616	558.824
7 - Valor adicionado recebido em transferência	2.002	234
Resultado de participações em coligadas	2.002	234
8 - Valor adicionado a distribuir (6+7)	525.618	559.058
9 - Distribuição do valor adicionado	525.618	559.058
Pessoal	279.094	266.726
Remuneração direta	199.225	200.701
Benefícios	31.358	25.005
FGTS	11.845	8.651
Previdência social	34.937	30.640
Previdência complementar	1.729	1.729
Impostos, taxas e contribuições	115.361	156.136
Federais	104.364	143.366
Estaduais	127	284
Municipais	10.870	12.486
Remuneração de capital de terceiros	7.222	6.376
Aluguéis	7.222	6.376
Remuneração de capitais próprios	123.941	129.820
Resultados acumulados do período	123.941	129.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco BS2 S.A. ("Banco" ou "BS2") é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, créditos para empresas, direitos creditórios e de serviços de pagamentos (*banking as a service*). As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banco tem como principal fonte de recursos os depósitos à vista, o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e o lançamento de letras financeiras subordinadas.

O Banco, controlado diretamente pela Bonsucesso Holding Financeira S.A., é a instituição líder das instituições financeiras do Grupo Bonsucesso, constituída e domiciliada no Brasil, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143 -15º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte – MG.

Estas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 21 de março de 2025.

2 Políticas contábeis materiais

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. ("Banco" ou "BS2") foram preparadas considerando o estabelecido na resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que requer a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) atualmente denominadas como normas contábeis IFRS (IFRS® *Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS *Foundation*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, o BS2 observa o disposto na IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, apresentando o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo, como requerido pelo IFRS 9, em função do modelo de negócio.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do BS2 no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 2.3.

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas.

A Administração do Banco entende que as informações prestadas nessas demonstrações financeiras consolidadas são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do Banco BS2 S.A..

2.2. Adoção de novas normas e interpretações

Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024

- **Alterações na IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis:** a) Nas informações sobre políticas contábeis requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A..
- **Alteração ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro:** Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A..
- **Alterações na IAS 12 - Tributos sobre o lucro:** Requer que o arrendatário reconheça impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, conforme legislação fiscal. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A..
- **IFRS 17 -** Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023, com ajustes retrospectivos na apresentação de informações comparativas. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros na medida do cumprimento de performance dos contratos de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. A Administração do BS2 avaliou que os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas são imateriais e tem expectativa de apresentar em demonstrações financeiras posteriores.

Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

- **Alterações na IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis:** Para a segregação entre passivo circulante e não circulante, esclarece quando considerar as condições contratuais (*covenants*) que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com *covenants* classificados como não circulantes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva e não há impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A..

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do BS2.

2.3. Estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações financeiras consolidadas devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As principais estimativas foram discutidas detalhadamente com vista à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo BS2 são detalhados abaixo:

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota 28.

(b) Taxa de juros efetiva

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperadas e inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

A receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos ativos financeiros. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada, considerando a perda de crédito esperada, ao custo amortizado do ativo financeiro.

(c) Modificação de ativos financeiros

Caso os termos de um ativo financeiro sejam modificados, o BS2 avalia se os fluxos de caixa do ativo modificado são substancialmente diferentes. Caso os fluxos de caixa sejam substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro original serão considerados vencidos. Neste caso, o ativo financeiro original é baixado e um novo ativo financeiro é reconhecido ao valor justo.

Caso os fluxos de caixa do ativo modificado mensurado ao custo amortizado não sejam substancialmente alterados, a modificação não resulta em baixa do ativo financeiro. Neste caso, o BS2 recalcula o valor contábil bruto do ativo financeiro e reconhece o valor resultante dos ajustes ao valor contábil bruto como ganho ou perda de modificação no resultado. Caso uma modificação dessa natureza seja realizada devido às dificuldades financeiras do devedor, ganhos ou perdas são apresentados em conjunto com as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Em outros casos, são apresentados como receita de juros.

(d) Transferência e baixa de ativos financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial, é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos no resultado. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita.

Dessa forma, os ativos financeiros são baixados, total ou parcialmente, quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro ou quando o BS2 transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa.

(e) Perdas de crédito esperadas

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem.

Para determinar a provisão para perda de crédito esperada (*"impairment"*), o BS2 avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos financeiros que não sejam significativos.

Para medir individualmente a provisão de crédito esperada de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o BS2 considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a provisão de crédito esperada de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o BS2 separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

(f) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, para imposto de renda (IRPJ) foi calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% e para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada pela alíquota de 20%.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais do BS2 está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

(g) Provisões, contingências e obrigações legais

O BS2 revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado. As contingências classificadas como perdas prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. Informações adicionais estão descritas na nota 17.

2.4. Resumo das principais políticas contábeis

(a) Consolidação

I. Controladas

De acordo com a IFRS 10 - demonstrações financeiras consolidadas, controladas são todas as entidades nas quais o Banco possui controle.

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

As empresas consolidadas e as suas participações diretas e indiretas estão demonstradas a seguir:

Empresa	Atividade	% Participação 31/12/2024	% Participação 31/12/2023
Banco BS2 - Agência Cayman	Agência no exterior	100,00%	100,00%
BS Tecnologia Ltda.	Serviços de tecnologia	99,90%	99,90%
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	Instituição de pagamento	100,00%	46,97%
Adiqplus Instituição de Pagamento Ltda.	Instituição de pagamento	99,99%	99,99%
Adiq Tecnologia Ltda.	Serviços de tecnologia	99,94%	99,94%
IPG Holding Financeira S.A.	Participação societária não-financeiras	51,50%	52,50%
DT Participações S.A.	Participação societária em Instituições Financeiras	n/a	99,80%
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	Administradora de fundos e investimentos	100,00%	100,00%
BLU Participações S.A.	Participação societária em Instituições de pagamento	n/a	99,56%
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A.	Instituição de pagamento	n/a	98,88%
BS2P Participações Ltda.	Participação societária não-financeiras	n/a	99,95%
BS2 Seguros S.A.	Previdência privada e seguradora autorizada a funcionar pela SUSEP	100,00%	100,00%
BS Tecnologia e Segurança da Informação Ltda.	Serviços de tecnologia	100,00%	n/a
BS Tecnologia e Desenvolvimento Ltda.	Serviços de tecnologia	100,00%	n/a
BS2 ARB Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Não-padronizados	Fundo de Investimento	67,31%	88,03%

Adiq Instituição de Pagamento S.A. (“Adiq Instituição de Pagamento”): Em maio de 2023 o Banco adquiriu, de terceiros, 2.050.491 ações ordinárias nominativas equivalentes a 5,06% do capital social da Adiq, por R\$ 11.896 e mais um ágio de R\$ 22.613. Em julho de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária deliberando o aumento do capital social da empresa Adiq para R\$ 271.780, representado pela emissão de 9.199.578 ações novas também ordinárias, nominativas, sem valor nominal, atribuídas

em bonificação aos acionistas. Em agosto de 2024 o Banco BS2 adquiriu, de terceiros, 27.683.415 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal da Adiq representado pelo montante de R\$ 149.386, alterando a participação do Banco para 99.9980%.

IPG Holding Financeira S.A. (“IPG”): Em março de 2024, o Banco alienou 405.883 ações ordinárias da IPG alterando a participação do Banco para 51,50%.

DT Participações S.A. (“DT Participações”): Em agosto de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária e foi aprovada a dissolução, liquidação e extinção da BLU Participações S.A.

BLU Participações S.A. (“BLU Participações”): Em julho de 2023 o Banco adquiriu de terceiros 593.250 ações ordinárias nominativas alterando sua participação para 99,56%. Também em julho de 2023 foi deliberado o aumento do capital social para R\$ 3.084 após aporte de R\$ 670, representado pela emissão de 1.634.147 novas ações ordinárias. Em julho de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária e foi aprovada a dissolução, liquidação e extinção da BLU Participações S.A.

Butiá Participações S.A. (“Butiá Participações”): Em outubro de 2024 o Banco BS2 realizou a alienação de suas ações na Butiá Participações, resultando em um ganho de R\$ 1.696.

BLU Instituição de Pagamento e Tecnologia S.A. (“BLU Instituição de Pagamento”): Em julho de 2023 o Banco cedeu suas ações da BLU Instituição de Pagamento por R\$ 121 deixando assim de participar.

BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“BS2 DTVM”): Em 29 de dezembro de 2022 o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle societário da BS2 DTVM para a Galápagos Holding Financeira Ltda. conforme contrato de compra e venda de 30 de março de 2022 que foi consolidada em 31 de março de 2023, desta forma o BS2 deixou de participar na BS2 DTVM.

BS2P Participações Ltda. (“BS2P Participações”): Em julho de 2024 foi realizado o distrato social da aprovando a liquidação, dissolução e extinção da BS2P Participações.

II. Ágio

O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando existe indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

III. Transações de capital com acionistas não controladores

A IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores seja reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do BS2 são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do BS2, e, também, a moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos

e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações comprometidas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

(d) Ativos e passivos financeiros - IFRS 9

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Reconhecimento inicial e desreconhecimento

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e desreconhecidas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são parcialmente ou totalmente desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem ou o BS2 transfere o ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando eles são extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Transferência de ativos financeiros

Quando há transferência substancial de todos os riscos e benefícios os ativos financeiros são desreconhecidos, caso contrário, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar o envolvimento contínuo relacionado à transação.

Classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor justo por meio do resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*).

Modelo de negócios: Representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com a finalidade de obter fluxos de caixa contratuais, obter fluxos de caixa contratuais e venda ou outros. Para avaliar os modelos de negócios, o BS2 considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios, como os gestores do negócio são remunerados e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

SPPI Test: Avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O BS2 classifica a hierarquia de valor justo conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na nota 28.

O ajuste a valor justo de ativos e passivos financeiros é reconhecido no patrimônio líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e na demonstração consolidada do resultado para demais ativos e passivos financeiros.

Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como ações e cotas.

Perda de crédito esperada

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a perda de crédito esperada está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. O valor da perda de crédito esperada representa possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses.

- Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à perda de crédito esperada reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial.

- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à perda de crédito esperada reflete o risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

A mensuração da perda esperada se realiza mediante os seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do IFRS 9, serão considerados o PD - 12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas.

- Perda por Inadimplência (LGD): é a perda resultante no caso de não cumprimento, ou seja, a porcentagem da exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimação.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o BS2 tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

O BS2 considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito ou o devedor apresenta obrigações de crédito significativas vencidas há mais de 90 dias, como regra geral.

Os saques a descoberto são considerados vencidos caso o cliente viole um limite recomendado ou lhe tenha sido concedido um limite inferior ao montante atual em aberto.

Ao avaliar se um devedor está inadimplente, o BS2 considera indicadores qualitativos, no caso de violações às cláusulas restritivas (*covenants*), quantitativos, no caso do status de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor e baseados em dados coletados internamente e obtidos de fontes externas.

Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isso não altera substancialmente seus termos e condições, o BS2 não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o BS2 baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, conseqüentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

Classificação e mensuração subsequente de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os derivativos e outros passivos financeiros.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Operações de *hedge*:

As entidades consolidadas do BS2 utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins:

- Para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito.
- Para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como *hedge*).
- Para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

i) O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

- Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (*hedge* de valor justo).

- Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).
- O investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior).

ii) Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:

- Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente efetivo (efetividade prospectiva).
- Há prova suficiente de que o *hedge* foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (efetividade retrospectiva).

iii) Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do BS2.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas em *hedges* de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo mensurado a valor justo no resultado.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de *hedge* contábil), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Atualmente, o Banco não possui estruturas de *hedge* que exijam a aplicação do IAS 39 para realização de testes de efetividade. Dessa forma, não há necessidade de adoção dos critérios estabelecidos pela norma para avaliação e contabilização de instrumentos de *hedge* em suas demonstrações financeiras.

(e) Investimentos em empresas coligadas

Coligadas são entidades nas quais o BS2 tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

(f) Operações de arrendamento (arrendatário)

Para a realização de suas atividades, o Banco BS2 é arrendatário principalmente de imóveis (ativos subjacentes). No momento da assinatura do contrato, os pagamentos futuros dos aluguéis são reconhecidos a valor presente, descontados por uma taxa incremental de captação, sendo registrados na rubrica Outros Passivos Financeiros, enquanto a despesa financeira correspondente é apropriada ao resultado ao longo do período do arrendamento. Em contrapartida, é reconhecido um ativo de direito de

uso, que é depreciado de forma linear ao longo do prazo do contrato e submetido a testes periódicos para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Nos casos em que o ativo subjacente seja considerado de baixo valor, os pagamentos são reconhecidos diretamente no resultado como despesa, conforme incorridos.

Na determinação do prazo do arrendamento, o Banco BS2 considera o período não cancelável do contrato, além de avaliar a expectativa de renovação, possibilidade de rescisão contratual e o prazo estimado para desocupação do imóvel, conforme aplicável.

Os principais julgamentos exercidos nas operações de arrendamento incluem: Determinação da taxa de desconto, refletindo o custo que seria incorrido para adquirir o ativo; Definição dos ativos de baixo valor, para fins de reconhecimento contábil; e Avaliação da expectativa de renovação contratual, considerando as condições e necessidades operacionais da Instituição.

(g) Ativos tangíveis e intangíveis

Ativos tangíveis

O ativo tangível é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O BS2 avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado.

A seguir demonstramos a vida útil dos ativos tangíveis:

Item	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2, 4 e 6 anos
Equipamentos de processamento de dados	6 anos
Equipamentos de comunicação e de segurança	6 e 10 anos
Veículos	3 anos
Mobiliário	10 anos
Máquinas de cartão	5 anos

(*) Em dezembro de 2023 foi realizado uma revisão da vida útil das máquinas de cartão alterando a expectativa de uso de 10 para 5 anos.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. O BS2 não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O BS2 avalia semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

O BS2 elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial. A seguir demonstramos a vida útil dos ativos intangíveis:

Item	Vida útil
Sistemas de processamento de dados adquiridos	Entre 2 e 10 anos
Sistemas de processamento de dados gerados internamente	Entre 4 e 10 anos

(h) Ativos não correntes mantidos para venda

Nesta categoria foram registrados os ativos cujo valor contábil possa ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, em vez do uso continuado. São compostos por bens móveis ou imóveis, não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento.

Estes bens quando recebidos por dação em pagamento são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem alguma dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment* por meio de laudo técnico.

(i) Imposto de renda e contribuição social

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido. O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado na rubrica imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente acumulado, tais como o imposto sobre valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, benefícios pós emprego e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa e de investimentos líquidos em operações no exterior. Posteriormente estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos. Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas no período em que entram em vigor.

(j) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Provisões são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração do BS2 entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com

decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Passivos contingentes são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como “prováveis”, para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica Provisões, como “possíveis”, para as quais são divulgadas em notas explicativas das demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada e como “remotas”, para as quais não requerem provisão e nem divulgação.

(k) Garantias financeiras

O BS2 emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

(l) Informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do BS2. As informações dos resultados por segmentos estão apresentadas na nota 26.

(m) Conciliação do resultado líquido e do patrimônio líquido

As demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) diferentemente das demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “*International Accounting Standard Board*” (“IASB”).

A seguir está demonstrada a reconciliação do resultado líquido e do patrimônio líquido dos acionistas controladores em atendimento à resolução CMN nº 4.818/20:

	Resultado líquido		Patrimônio líquido	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Banco BS2 individual - BRGAAP	100.785	85.083	894.680	702.749
Ajustes de consolidação (i)	(14.410)	16.707	9.655	23.983
Banco BS2 consolidado - BRGAAP	86.375	101.790	904.335	726.732
Ajustes de perdas esperadas - IFRS 9 (ii)	(2.344)	(8.046)	(9.312)	(6.968)
Ajustes de arrendamentos - IFRS 16 (iii)	(410)	376	(2.268)	(1.858)
Ajustes de ágio da expectativa de rentabilidade futura - <i>goodwill</i> (iv)	1.053	702	12.297	11.244
Efeitos tributários dos ajustes	765	3.136	3.573	2.808
Total atribuível aos acionistas controladores	85.439	97.958	908.625	731.958
Total atribuível aos acionistas não controladores	38.502	31.862	72.967	184.940
Banco BS2 consolidado em IFRS	123.941	129.820	981.592	916.898

- (i) Ajustes de consolidação de receita de comissão de seguros na controladora em contrapartida a despesa de comissão de seguros diferida conforme vigência da apólice de seguros na controlada e ajustes de consolidação das cessões de valores a receber dos emissores de cartões de crédito e débito da Adiq para com o Banco.
- (ii) Ajustes no cálculo de perda incorrida do BRGAAP de acordo com a resolução BACEN nº 2.682/99 para o modelo de cálculo de perda esperada de acordo com o IFRS 9.
- (iii) Ajustes de arrendamento de acordo com o IFRS 16 conforme nota 2.4 (f).
- (iv) Ajustes de ágio da expectativa de rentabilidade futura – *goodwill* referente a aquisição pelo Banco BS2 de 5,06% das ações da Adiq com pagamento de ágio onde no BRGAAP é apropriado ao resultado e patrimônio líquido de acordo com laudo técnico.

(n) Reapresentação de informações anteriormente apresentadas com substituição das anteriormente divulgadas

Algumas informações das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8).

Os valores apresentados no balanço patrimonial, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e nas respectivas notas explicativas foram ajustados devido a um impacto no patrimônio líquido, no montante de R\$ 8.565. Esse ajuste resulta do efeito da equivalência patrimonial, decorrente de ajustes no patrimônio líquido da controlada Adiq Instituição de Pagamentos S.A., relacionados a transações de pagamento com sua subsidiária, AdiqPlus Instituição de Pagamento Ltda., referentes a períodos anteriores. Do total ajustado, R\$ 1.340 correspondem ao exercício de 2021 e R\$ 7.225 ao exercício de 2022, ambos líquidos de impostos.

A seguir, são apresentados os impactos nas demonstrações financeiras:

1º de janeiro de 2023	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Transações de pagamento	9.527.107	(12.978)	9.514.129
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	180.638	4.413	185.051
Total do ativo	14.595.165	(8.565)	14.586.600
Reservas de lucros	52.211	(8.565)	43.646
Total do patrimônio líquido	808.871	(8.565)	800.306

31 de dezembro de 2023	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Transações de pagamento	5.914.800	(12.978)	5.901.822
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	173.710	4.413	178.123
Total do ativo	12.686.124	(8.565)	12.677.559
Reservas de lucros	127.444	(8.565)	118.879
Total do patrimônio líquido	925.463	(8.565)	916.898



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades e depósitos em moedas estrangeiras	627.126	75.909
Depósitos voluntários no Banco Central do Brasil	374.999	550.120
Aplicações interfinanceiras de liquidez	54.475	69.445
Reservas livres no Banco Central do Brasil	2.000	7.000
Depósitos bancários	175	70
Caixa	19	19
Total	1.058.794	702.563

4 Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos de conta de pagamento instantâneo	429.342	109.268
Depósitos de moeda eletrônica	14.115	15.025
Reservas em moeda nacional	10.616	19.603
Total	454.073	143.896

5 Aplicações em depósitos interfinanceiros

	31/12/2024	31/12/2023
CDI do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul	45.340	36.313
CDI do Banco ABC Brasil	26.374	40.495
CDI do Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob		125.480
Aplicações em moedas estrangeiras	3.966	1.795
Total	75.680	204.083



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024							
	Custo	Ajustes ao valor justo	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ao custo amortizado	408.366		408.366		49.777	154.626	180.798	23.165
Notas comerciais	291.790		291.790		36.070	101.120	141.730	12.870
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	1.874		1.874		1.874			
Cédula de produtor rural	103.733		103.733		11.788	53.384	29.129	9.432
Debêntures	10.969		10.969		45	122	9.939	863
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	915.168	(28.875)	886.293			664.301	205.658	16.334
Letras Financeiras do Tesouro	619.702	186	619.888			619.888		
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	14.865	1.469	16.334					16.334
Notas do Tesouro Nacional	280.601	(30.530)	250.071			44.413	205.658	
Ao valor justo por meio do resultado	987.483	86	987.569	392.185	179.499	59.453	356.432	
Cotas de fundos de investimentos	392.185		392.185	392.185				
Letras Financeiras do Tesouro	595.298	86	595.384		179.499	59.453	356.432	
Total	2.311.017	(28.789)	2.282.228	392.185	229.276	878.380	742.888	39.499

	31/12/2023							
	Custo	Ajustes ao valor justo	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ao custo amortizado	205.657		205.657		18.417	85.078	94.429	7.733
Notas comerciais	157.598		157.598		16.099	55.371	78.395	7.733
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	24.175		24.175		2.233	13.211	8.731	
Cédula de produtor rural	19.078		19.078		85	16.496	2.497	
Debêntures	4.806		4.806				4.806	
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.217.625	(13.426)	1.204.199			127.746	849.980	226.473
Letras Financeiras do Tesouro	849.408	572	849.980				849.980	
Notas do Tesouro Nacional	368.217	(13.998)	354.219			127.746		226.473
Ao valor justo por meio do resultado	1.114.546	437	1.114.983	215.293		285.392	614.298	
Cotas de fundos de investimentos	215.293		215.293	215.293				
Letras Financeiras do Tesouro	899.253	437	899.690			285.392	614.298	
Total	2.537.828	(12.989)	2.524.839	215.293	18.417	498.216	1.558.707	234.206

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Em 30 de junho de 2023 os certificados de recebíveis imobiliários foram reclassificados da categoria “ao valor justo por meio do resultado” para a categoria “ao custo amortizado”, uma vez que a administração decidiu pela manutenção deles até o vencimento. Não houve efeito no resultado.

7 Derivativos

O BS2 participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis. Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o BS2 efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de Swap, futuros e à termo de modo a mitigar a exposição de moedas estrangeiras e um prêmio de opção de ações a exercer a partir de dezembro de 2026.

A seguir demonstramos a posição dos instrumentos financeiros derivativos com valores marcados a mercado:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo - Total a receber	76.131	3.131
Opções de compra de ações	3.000	3.000
Swap		15
Compras a termo de moeda	71.432	
Vendas a termo de moeda	1.699	116
Passivo - Total a pagar	(34.341)	
Vendas a termo de moeda	(33.987)	
Compras a termo de moeda	(354)	
Valor líquido	41.790	3.131

A seguir demonstramos o resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Operações com derivativos à futuros	(14.747)	(21.465)
Operações com derivativos à termo	27.291	(2.994)
Operações com ativos financeiros e mercadorias - Opções	(160)	(105)
Swap	(9)	15
Total	12.375	(24.549)

8 Transações de pagamento

(a) Transações de pagamento

Registram-se os valores a receber dos bancos emissores de cartões referentes as transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões em estabelecimentos comerciais, já líquidos de antecipações.

(b) Obrigações por transações de pagamento

Registram-se os valores de transações de venda de produtos e serviços realizados com cartões de crédito e de débito a pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela BS2 e bancos emissores e líquidos das antecipações realizadas aos estabelecimentos comerciais.

(c) Receitas com antecipação de transações de pagamento

Registram-se as rendas provenientes de antecipação de créditos aos estabelecimentos comerciais credenciados nas operações da adquirência, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita.

(d) Despesas com antecipação de transações de pagamento

Registram-se as despesas pelo recebimento antecipado de valores relativos a transações de pagamento junto aos bancos emissores.

9 Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas (*impairment*)

(a) Composição da carteira de crédito

A seguir apresentamos a composição da carteira de crédito por produto, vencimento e concentração:

Carteira de crédito por produto	31/12/2024	31/12/2023
Capital de giro	1.307.413	1.018.907
Precatórios	336.559	408.981
Financiamento à exportação, importação e ACC	302.525	160.837
Risco sacado	117.284	39.447
Conta garantida	95.123	30.193
Financiamentos Imobiliários	20.545	13.129
CDC - Pessoas jurídicas	20.313	22.321
Desconto de títulos	15.842	17.613
Outros	30.224	17.136
Total da carteira de crédito	2.245.828	1.728.564
(-) Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>)	(67.929)	(87.088)
Total da carteira de crédito líquido das perdas esperadas	2.177.899	1.641.476



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

Carteira de crédito por vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Total de parcelas a vencer	2.225.319	1.700.715
A vencer com prazo indeterminado	336.559	408.981
A vencer até 90 dias	503.847	248.388
A vencer de 91 a 180 dias	246.769	282.595
A vencer de 181 a 360 dias	422.983	293.314
A vencer acima de 360 dias	715.161	467.437
Total de parcelas vencidas	20.509	27.849
Vencidas até 90 dias	9.575	8.612
Vencidas de 91 a 180 dias	4.313	8.957
Vencidas de 181 a 360 dias	6.149	10.280
Vencidas acima de 360 dias	472	
Total	2.245.828	1.728.564

Carteira de crédito por concentração	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	466.834	20,79	628.990	36,39
Do 11º ao 30º devedor	319.027	14,21	315.863	18,27
Do 31º ao 80º devedor	425.739	18,96	311.999	18,05
Do 81º ao 180º devedor	369.310	16,44	259.580	15,02
Demais	664.918	29,60	212.132	12,27
Total	2.245.828	100,00	1.728.564	100,00



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

(b) Valor contábil bruto da carteira de crédito

Estágio 1	Saldo em 31/12/2023	Transferido para estágio 2	Transferido para estágio 3	Transferido do estágio 2	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2024
Capital de giro	764.353	(41.171)	(97.663)	10.218	3.818		347.772	987.327
Precatórios	408.981						(72.422)	336.559
Financiamento à exportação, importação e ACC	158.958				459		141.128	300.545
Risco sacado	39.386						77.266	116.652
Conta garantida	30.193						64.930	95.123
Financiamentos Imobiliários	13.129						7.416	20.545
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	21.459						(1.182)	20.277
Desconto de títulos	16.799						(1.464)	15.335
Outros	16.794						12.364	29.158
Total	1.470.052	(41.171)	(97.663)	10.218	4.277		575.808	1.921.521

Estágio 2	Saldo em 31/12/2023	Transferido para estágio 2	Transferido para estágio 3	Transferido do estágio 2	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2024
Capital de giro	64.252	(10.218)	(29.388)	41.171			67.475	133.292
Precatórios								
Financiamento à exportação, importação e ACC								
Risco sacado							145	145
Conta garantida								
Financiamentos Imobiliários								
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	858						(822)	36
Desconto de títulos	273					(273)	136	136
Outros	85				5	(58)	82	114
Total	65.468	(10.218)	(29.388)	41.171	5	(331)	67.016	133.723



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

Estágio 3	Saldo em 31/12/2023	Transferido para estágio 2	Transferido para estágio 3	Transferido do estágio 2	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2024
Capital de giro	190.302	(3.818)		97.663	29.388		(126.741)	186.794
Precatórios								
Financiamento à exportação, importação e ACC	1.879	(459)					560	1.980
Risco sacado	61						426	487
Conta garantida								
Financiamentos Imobiliários								
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	4					(4)		
Desconto de títulos	541					(541)	371	371
Outros	257		(5)			(23)	723	952
Total	193.044	(4.277)	(5)	97.663	29.388	(568)	(124.661)	190.584

Consolidado dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2023	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2024
Capital de giro	1.018.907		288.506	1.307.413
Precatórios	408.981		(72.422)	336.559
Financiamento à exportação, importação e ACC	160.837		141.688	302.525
Risco sacado	39.447		77.837	117.284
Conta garantida	30.193		64.930	95.123
Financiamentos Imobiliários	13.129		7.416	20.545
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	22.321	(4)	(2.004)	20.313
Desconto de títulos	17.613	(814)	(957)	15.842
Outros	17.136	(81)	13.169	30.224
Total	1.728.564	(899)	518.163	2.245.828



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

(c) Perdas esperadas de crédito (*impairment*)

Estágio 1	Saldo em 31/12/2023	Transferido para estágio 2	Transferido para estágio 3	Transferido do estágio 2	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2024
Capital de giro	(10.397)	578	1.593	(238)	(884)		(1.874)	(11.222)
Precatórios	(918)						334	(584)
Financiamento à exportação, importação e ACC	(2.755)				(5)		(467)	(3.227)
Risco sacado	(250)						(460)	(710)
Conta garantida	(231)						(794)	(1.025)
Financiamentos Imobiliários	(116)						(492)	(608)
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	(236)						19	(217)
Desconto de títulos	(144)						(23)	(167)
Outros	(239)						61	(178)
Total	(15.286)	578	1.593	(238)	(889)		(3.696)	(17.938)

Estágio 2	Saldo em 31/12/2023	Transferido para estágio 2	Transferido para estágio 3	Transferido do estágio 2	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2024
Capital de giro	(1.133)	238	438	(578)			(2.062)	(3.097)
Precatórios								
Financiamento à exportação, importação e ACC								
Risco sacado							(4)	(4)
Conta garantida								
Financiamentos Imobiliários								
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	(26)						25	(1)
Desconto de títulos	(175)					175	(95)	(95)
Outros	(30)				(2)	29	(2)	(5)
Total	(1.364)	238	438	(578)	(2)	204	(2.138)	(3.202)



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

Estágio 3	Saldo em 31/12/2023	Transferido para estágio 2	Transferido para estágio 3	Transferido do estágio 2	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2024
Capital de giro	(68.433)	884		(1.593)	(438)		26.314	(43.266)
Precatórios								
Financiamento à exportação, importação e ACC	(1.425)	5					(560)	(1.980)
Risco sacado							(367)	(367)
Conta garantida								
Financiamentos Imobiliários								
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	(3)					3		
Desconto de títulos	(359)					359	(260)	(260)
Outros	(218)		2			23	(723)	(916)
Total	(70.438)	889	2	(1.593)	(438)	385	24.404	(46.789)

Consolidado dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2023	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2024
Capital de giro	(79.963)		22.378	(57.585)
Precatórios	(918)		334	(584)
Financiamento à exportação, importação e ACC	(4.180)		(1.027)	(5.207)
Risco sacado	(250)		(831)	(1.081)
Conta garantida	(231)		(794)	(1.025)
Financiamentos Imobiliários	(116)		(492)	(608)
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	(265)	3	44	(218)
Desconto de títulos	(678)	534	(378)	(522)
Outros	(487)	52	(664)	(1.099)
Total	(87.088)	589	18.570	(67.929)

(d) Operações de venda ou transferência e aquisições de ativos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram efetuadas cessões de créditos com retenção de risco. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de riscos.

10 Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Financeiros	2.975.668	913.062
Ao custo amortizado	2.975.668	913.062
Carteira de câmbio (i)	2.861.453	752.585
Títulos e créditos a receber (ii)		87.272
Valores a receber decorrentes de precatórios da própria instituição	46.579	43.733
Contratos de seguros	58.652	19.345
Rendas a receber	4.674	4.547
Negociação e intermediação de valores		649
Diversos	4.310	4.931
Não financeiros	101.974	62.764
Despesas antecipadas	31.900	19.313
Deságio na colocação de títulos	16.720	10.312
Devedores por depósitos em garantia (nota 17(i))	16.080	14.402
Adiantamentos a terceiros	13.894	795
Adiantamentos de meios de pagamentos (iii)	9.097	11.306
Diversos	14.283	6.636
Total	3.077.642	975.826

(i) O saldo de operações de câmbio do ativo é composto conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Câmbio comprado a liquidar	1.531.981	603.510
Direitos sobre vendas de câmbio	1.330.391	469.576
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(919)	(320.501)
Total	2.861.453	752.585

(ii) Em 2023, o BS2 ARB FIDC detinha um direito creditório, classificado em Outros ativos financeiros – Títulos e créditos a receber, uma vez que ainda não possuía a caracterização de Precatário. Em 2024, com a formalização desse direito como Precatário, sua classificação passou a integrar a Carteira de crédito, refletindo sua nova natureza jurídica e condições de liquidação.

(iii) Refere-se a valor adiantado ao parceiro especializado em serviços de meios de pagamentos, para acolhimento de pagamentos demandados pelos clientes do Banco diariamente.

11 Ativos não correntes mantidos para venda

Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos não correntes mantidos para venda	20.097	25.759
Total	20.097	25.759

12 Ativos tangíveis

	Equipamentos de processamentos de dados	Imobilizado de arrendamento	Outros	Total
Custo em 31 de dezembro de 2022	79.029	39.196	27.674	145.899
Adição	55	1.052	4.102	5.209
Baixas	(1.718)	(920)	(1.472)	(4.110)
Transferências	825		(722)	103
Redução no valor recuperável			(39)	(39)
Custo em 31 de dezembro de 2023	78.191	39.328	29.543	147.062
Adição	2.188	30.600	5.038	37.826
Baixas	(12.800)	(24.838)	(717)	(38.355)
Transferências	150		(147)	3
Redução no valor recuperável			(127)	(127)
Custo em 31 de dezembro de 2024	67.729	45.090	33.590	146.409
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	(20.044)	(21.408)	(11.252)	(52.704)
Despesa de depreciação	(22.415)	(8.143)	(4.202)	(34.760)
Baixas	312	920	281	1.513
Transferências	(741)		429	(312)
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	(42.888)	(28.631)	(14.744)	(86.263)
Despesa de depreciação	(12.345)	(8.698)	(4.250)	(25.293)
Baixas	7.311	19.901	422	27.634
Transferências	(3)		3	
Depreciação em 31 de dezembro de 2024	(47.925)	(17.428)	(18.569)	(83.922)
Residual em 31 de dezembro de 2023	35.303	10.697	14.799	60.799
Residual em 31 de dezembro de 2024	19.804	27.662	15.021	62.487

13 Ativos intangíveis

	Ágio	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo em 31 de dezembro de 2022	1.216	211.291	13	212.520
Adição	22.613	111.648		134.261
Baixas		(60.603)		(60.603)
Transferências		209		209
Custo em 31 de dezembro de 2023	23.829	262.545	13	286.387
Adição		90.483		90.483
Baixas	(1.215)	(23.135)		(24.350)
Transferências		(14.884)		(14.884)
Custo em 31 de dezembro de 2024	22.614	315.009	13	337.636
Amortização em 31 de dezembro de 2022		(63.619)		(63.619)
Despesa de amortização		(20.759)		(20.759)
Baixas		17.392		17.392
Amortização em 31 de dezembro de 2023		(66.986)		(66.986)
Despesa de amortização		(30.364)		(30.364)
Baixas		18.988		18.988
Transferências		14.884		14.884
Amortização em 31 de dezembro de 2024		(63.478)		(63.478)
Residual em 31 de dezembro de 2023	23.829	195.559	13	219.401
Residual em 31 de dezembro de 2024	22.614	251.531	13	274.158

14 Depósitos, captação no mercado aberto e recursos de mercados interbancários

	31/12/2024					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	828.007	229.432	1.252.141	2.516.196	145.575	4.971.351
Depósitos à vista	817.222					817.222
Outros depósitos	10.785					10.785
Depósitos interfinanceiros		24.306	49.020			73.326
Depósitos a prazo		205.126	1.203.121	2.516.196	145.575	4.070.018
Captações no mercado aberto		435.174				435.174
Letras Financeiras do Tesouro		435.174				435.174
Recursos de mercados interbancários		78.948	176.189	60.233		315.370
Letras de crédito imobiliário		72.386	152.837	25.762		250.985
Letras financeiras			23.009	34.125		57.134
Letras de crédito do agronegócio		6.562	343	346		7.251
Total	828.007	743.554	1.428.330	2.576.429	145.575	5.721.895

	31/12/2023					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	792.002	462.961	1.262.940	1.789.008	751	4.307.662
Depósitos à vista	780.568					780.568
Outros depósitos	11.434					11.434
Depósitos interfinanceiros		111.497	167.941			279.438
Depósitos a prazo		351.464	1.094.999	1.789.008	751	3.236.222
Captações no mercado aberto		80.374				80.374
Letras Financeiras do Tesouro		80.374				80.374
Recursos de mercados interbancários		93.527	224.328	38.901		356.756
Letras de crédito imobiliário		69.635	204.533	18.484		292.652
Letras financeiras				20.417		20.417
Letras de crédito do agronegócio		23.892	19.795			43.687
Total	792.002	636.862	1.487.268	1.827.909	751	4.744.792

15 Letras financeiras subordinadas

Taxa anual	Emissão	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
100% IPCA + 4,68%	2019	2024		472
100% IPCA + 4,83%	2019	2024		479
100% IPCA + 4,93%	2019	2024		476
100% IPCA + 4,98%	2019	2024		4.504
100% IPCA + 5,02%	2019	2024		1.436
100% IPCA + 5,47%	2019	2024		2.090
100% IPCA + 6,17%	2019	2024		636
100% IPCA + 6,22%	2019	2024		1.025
100% IPCA + 6,37%	2019	2024		689
100% IPCA + 6,42%	2019	2024		608
100% IPCA + 6,47%	2019	2024		1.568
100% IPCA + 6,77%	2019	2024		1.061
100% IPCA + 6,87%	2019	2024		1.063
130% CDI	2019	2024		19.050
135% CDI	2019	2024		36.075
130% CDI	2020	2025	852	745
PRÉ 9,88%	2020	2026	619	562
100% IPCA + 2,99%	2021	2027	462	429
100% IPCA + 5,98%	2021	2027	897	810
100% IPCA + 6,17%	2021	2027	7.549	6.798
100% IPCA + 6,18%	2021	2027	755	680
100% IPCA + 6,23%	2021	2027	451	406
100% IPCA + 6,27%	2021	2027	451	406
100% IPCA + 6,28%	2021	2027	1.214	1.092
100% IPCA + 6,38%	2021	2027	912	819
100% IPCA + 6,47%	2021	2027	1.361	1.224
100% IPCA + 6,48%	2021	2027	912	820
100% IPCA + 6,58%	2021	2027	920	826
100% IPCA + 6,68%	2021	2027	10.911	9.783
100% IPCA + 5,77%	2022	2028	61.878	71.922
140% CDI	2022	2028	46.639	68.157
PRÉ 10,86%	2022	2028	10.822	15.520
Total			147.605	252.231

16 Outros passivos

	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros ao custo amortizado	3.636.302	1.289.530
Carteira de câmbio (i)	2.842.414	1.069.067
Recursos em trânsito de terceiros	554.394	150.064
Contratos de seguro	95.708	31.493
Obrigações de arrendamento	29.930	12.555
Obrigações por empréstimos e repasses	112.965	25.761
Negociação e intermediação de valores	423	88
Diversos	468	502
Não financeiros	150.721	166.946
Provisão de pessoal	80.658	90.884
Provisão a fornecedores e prestadores de serviços	32.484	42.302
Valores recebidos para fechamento de contrato de câmbio	8.518	10.195
Incentivo de bandeiras de cartões a apropriar	9.244	11.822
Valores a repassar a bandeiras de cartão	7.817	4.569
Diversos	12.000	7.174
Total	3.787.023	1.456.476

(i) O saldo de operações de câmbio do passivo é composto conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por compras de câmbio	1.469.402	605.337
Câmbio vendido a liquidar	1.373.012	463.730
Total	2.842.414	1.069.067

17 Provisões

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para contingências (i)	36.664	33.881
Provisão para garantias financeiras prestadas (ii)	1.501	521
Total	38.165	34.402

- (i) “Provisões para contingências” e “Devedores por depósitos em garantia” são demonstrados conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais	16.080	14.402
Contingências cíveis	4.240	3.182
Contingências tributárias	9.770	9.851
Contingências trabalhistas e previdenciárias	934	900
Diversos	1.136	469
Provisões para contingências	36.664	33.881
Contingências cíveis	24.448	29.555
Contingências trabalhistas e previdenciárias	5.274	3.828
Diversos	6.942	498

O BS2 é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das instituições com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O BS2 tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente, sendo que em 31 de dezembro de 2024 totalizavam R\$ 1.858 (R\$ 1.310 em 31/12/2023).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado dos processos ativos avaliados como perda provável. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro o valor do risco calculado individualmente, de acordo com a liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da condenação dada em decisão de mérito, aplicando-se, ainda, redução de 20% sobre o valor apurado levando em consideração o histórico de redução dessas perdas decorrentes de acordos realizados nos processos. O valor de liquidação é verificado temporalmente. As contingências cíveis avaliadas como risco possível, para as quais não são reconhecidas contabilmente, em 31 de dezembro de 2024 totalizavam R\$ 12.677 (R\$ 7.865 em 31/12/2023).

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Diversos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.847	20.444	4.299	27.590
Constituição (reversão) líquida	1.323	19.294	(3.801)	16.816
Baixas por pagamento	(342)	(10.183)		(10.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.828	29.555	498	33.881
Constituição (reversão) líquida	2.040	7.568	6.444	16.052
Baixas por pagamento	(594)	(12.675)		(13.269)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.274	24.448	6.942	36.664

- (ii) “Provisão para garantias financeiras prestadas” refere-se a provisão de fiança bancária que monta em R\$ 80.079 (R\$ 75.978 em 31/12/2023).

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de setembro de 2024, foi aprovado o aumento de capital do Banco para R\$ 766.180. O aumento, no montante de R\$ 149.025, representado pela emissão de 22.648.215 novas ações ordinárias, que foram integralizadas mediante a transferência bancária pelos acionistas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em novembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 766.180 (R\$ 617.155 em 31/12/2023) está representado como segue:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total em circulação
Em 31 de dezembro de 2023	77.427.557	34.948.198	112.375.755
Em 31 de dezembro de 2024	100.075.772	34.948.198	135.023.970

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Em dezembro de 2023, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 30.000 referente ao exercício de 2023, deliberado em ata da reunião do conselho de administração realizada em 22/12/2023.

Em dezembro de 2024, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 50.000 referente ao exercício de 2024, deliberado em ata da reunião do conselho de administração realizada em 11/12/2024.

(d) Opções de compra de ações

Em 2022, em concordância com o plano de incentivo de longo prazo definido pelo Banco BS2 S.A., foi criado o programa de opções de compra de ações da companhia, as quais poderão ser liquidadas em instrumentos de patrimônio (ações).

São elegíveis ao programa os administradores e executivos do Banco e/ou das demais sociedades do grupo econômico da companhia (i.e., pessoas físicas que possuam vínculo de emprego, de prestação de serviços e/ou ocupem cargos da administração da companhia e/ou de qualquer sociedade do mesmo grupo econômico, estatutários ou não), a critério do conselho de administração ("elegíveis").

O programa é composto por 3 lotes que passam a ser exercíveis a partir de 4 anos da data de aquisição das opções pelo participante. O exercício das opções está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez, sendo ele uma alienação ou uma oferta pública inicial (IPO). O prazo máximo do programa (data de vencimento) é até dezembro de 2027.

Foram outorgadas 19.900.000 opções neste programa, onde cada lote possui 1/3 dessa quantidade total. Em 31/12/2024, foram prescritas 3.740.000 opções e ficaram 16.160.000 opções em aberto.

(e) Outros resultados abrangentes

Os saldos da rubrica "Outros resultados abrangentes" incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do resultado abrangente até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado. Os valores advindos das subsidiárias, participações em coligadas, são apresentados linha a linha nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

Na demonstração do resultado abrangente os "Outros resultados abrangentes" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados às participações não controladoras, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

(f) Participações de acionistas não controladores

As Participações de acionistas não controladores referem se ao valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

	Patrimônio líquido		Resultado líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	5	139.514	2.773	37.574
IPG Holding Financeira S.A.	27.821	26.172	1.245	(195)
AD Participações S.A.		8.566		1.851
BS2 ARB FIDC Não-padronizados	44.964	10.504	34.460	(7.275)
Demais	177	184	24	(93)
Total	72.967	184.940	38.502	31.862

19 Receitas de juros e rendimentos similares e despesas de juros e encargos similares

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas de juros e rendimentos similares	863.800	937.486
Antecipação de transações de pagamento (nota 8(c))	449.335	566.898
Carteira de crédito	325.790	320.929
Capital de giro	195.644	182.716
Precatórios	76.168	93.153
Financiamento à exportação	17.536	11.650
Conta garantida	10.658	9.772
Desconto de títulos	3.942	6.763
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	3.567	6.457
Risco sacado	9.759	6.019
Demais receitas da carteira de crédito	8.516	4.399
Aplicações em depósitos interfinanceiros	85.561	47.150
Diversos	3.114	2.509
Despesas de juros e encargos similares	(689.680)	(685.509)
Depósitos a prazo	(348.797)	(258.447)
Antecipação de transações de pagamento (nota 8(d))	(216.639)	(306.312)
Recursos de mercados interbancários	(37.177)	(30.160)
Captações no mercado aberto	(33.946)	(13.257)
Letras financeiras subordinadas	(25.843)	(31.693)
Depósitos interfinanceiros	(14.573)	(19.279)
Serviços associados a transações de pagamento	(6.048)	(17.807)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(5.353)	(4.561)
Operações por empréstimos e repasses	(1.304)	(3.993)
Total	174.120	251.977

20 Resultado de ativos e passivos financeiros

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Títulos e valores mobiliários	264.864	293.139
Resultado com venda ou de transferência de ativos financeiros	2.763	6.311
Derivativos	12.375	(24.549)
Total	280.002	274.901

21 Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Rendas por serviços de pagamento (i)	112.888	147.669
Rendas de tarifas de conta corrente	49.845	107.689
Outras rendas de tarifas bancárias	9.019	9.710
Diversos	10.084	11.709
Total	181.836	276.777

(i) "Rendas por serviços de pagamento" refere-se a rendas provenientes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.

22 Despesas gerais e administrativas

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Despesas de pessoal	(279.094)	(266.726)
Proventos	(143.159)	(109.580)
Encargos sociais	(48.511)	(41.020)
Benefícios	(31.358)	(25.005)
Honorários	(31.109)	(49.664)
Participação nos resultados	(22.086)	(38.287)
Demais despesas de pessoal	(2.871)	(3.170)
Despesas administrativas	(305.700)	(290.296)
Prestação de serviços	(132.783)	(129.820)
Processamento de dados	(124.234)	(116.462)
Comunicação	(9.743)	(13.138)
Instalações e materiais	(8.044)	(6.601)
Propaganda e publicidade	(9.418)	(5.803)
Viagens	(4.518)	(5.113)
Demais despesas administrativas	(16.960)	(13.359)
Depreciação e amortização	(55.685)	(55.519)
Total	(640.479)	(612.541)

23 Demais receitas e despesas operacionais

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Variação monetária sobre tributos	25.144	5.343
Incentivo bandeiras	2.973	2.973
Resultado na alienação de participações societárias	1.685	(3.942)
Recuperação (Despesas) de provisões operacionais	(2.957)	(7.316)
Perdas com processos cíveis e trabalhistas	(13.269)	(10.525)
Diversos (*)	83.216	(481)
Total	96.792	(13.948)

(*) Em 2024, o montante de R\$ 50.412 é referente à reavaliação do valor justo de um ativo integrante da carteira do BS2 ARB FIDC e o valor de R\$ 23.212 foi reconhecido pela Adiq Instituição de Pagamentos referente a créditos de PIS e COFINS sobre insumos, apurados com base na legislação vigente, decorrentes do aproveitamento de valores relativos a custos e despesas essenciais e relevantes para sua atividade, conforme a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a definição de insumos para fins de creditamento.

24 Tributos

(a) Impostos diferidos

O Banco BS2 e cada uma de suas controladas apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido de acordo com a legislação vigente.

O BS2 adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Esses créditos estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para perda esperada de créditos e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais.

Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções aprovadas pela administração e elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

A seguir demonstramos a composição dos ativos fiscais diferidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças temporárias	91.556	97.215
Prejuízo fiscal e base negativa	94.631	76.495
Total	186.187	173.710

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

	Valor contábil
2025	67.232
2026	48.708
2027	59.329
2028	2.080
2029	8.838
Total	186.187

(b) Despesas com imposto de renda e contribuição social

	01/01 a 31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	131.419	131.419
Adições (exclusões) líquidas:		
Resultado de participações em coligadas	2.002	2.002
Participações no resultado	(26.939)	(26.939)
Juros sobre o capital próprio	(50.000)	(50.000)
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(19.089)	19.089
Outras, líquidas	(16.546)	(23.397)
Base de cálculo	20.847	52.174
Alíquota efetiva	(4.424)	(1.733)
Alíquota adicional	(1.820)	
Incentivo fiscal	30	
Tributação pelo lucro presumido	(211)	(85)
Efeitos tributários dos ajustes de IFRS (nota 2.4(m))	425	340
Imposto de renda e contribuição social	(6.000)	(1.478)

	01/01 a 31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	161.284	161.284
Adições (exclusões) líquidas:		
Resultado de participações em coligadas	234	234
Participações no resultado	(38.250)	(38.250)
Juros sobre o capital próprio	(30.000)	(30.000)
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(47.033)	(47.033)
Outras, líquidas	31.900	5.214
Base de cálculo	78.135	51.449
Alíquota efetiva	(14.960)	(8.044)
Alíquota adicional	(9.986)	
Incentivo fiscal	2.499	
Tributação pelo lucro presumido	(3.008)	(1.101)
Efeitos tributários dos ajustes de IFRS (nota 2.4(m))	1.742	1.394
Imposto de renda e contribuição social	(23.713)	(7.751)

(c) Despesas tributárias

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
COFINS	(74.738)	(88.356)
PIS	(14.670)	(17.332)
ISSQN	(8.337)	(11.322)
Demais despesas tributárias	(10.138)	(7.662)
Total	(107.883)	(124.672)

25 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do BS2, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Entretanto, não existem ações ordinárias potenciais no BS2, para fins de diluição e, portanto, o lucro básico e diluído por ação é igual.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores	85.439	97.958
Quantidade média ponderada		
Ações ordinárias emitidas	83.120.551	77.427.557
Ações preferenciais emitidas	34.948.198	34.948.198
Lucro básico e diluído		
Ações ordinárias (em reais)	0,72	0,87
Ações preferenciais (em reais)	0,72	0,87
Lucro líquido atribuído - básico e diluído		
Ações ordinárias	59.847	67.362
Ações preferenciais	25.163	30.405

26 Informações por segmentos

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes o BS2 identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Financeiro
- Não Financeiro

O segmento financeiro, responsável pela parcela mais significativa do resultado, compreende as operações de crédito, câmbio, meios de pagamento e serviços bancários para pessoas físicas e empresas. As operações possuem interação entre si, de forma que a análise do segmento é utilizada pelo BS2 para avaliar a alocação dos recursos e investimentos conforme o planejamento estratégico.



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

O segmento não financeiro inclui as atividades de suporte tecnológico, seguros e holdings, sendo agregadas por não serem representativas individualmente.

A tabela a seguir apresenta informação sobre os resultados gerenciais relacionados aos segmentos do BS2:

	01/01 a 31/12/2024		Eliminações e ajustes IFRS	Total
	Financeiro	Não financeiro		
Produto bancário	828.889	79.482	(105.787)	802.584
Receitas de juros e rendimentos similares	991.552		(127.752)	863.800
Despesas de juros e encargos similares	(808.917)		119.237	(689.680)
Resultado de ativos e passivos financeiros	289.549	11.137	(20.684)	280.002
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	166.404		222	166.626
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	190.301	68.345	(76.810)	181.836
Perdas esperadas de ativos financeiros	(19.254)		(2.343)	(21.597)
Perdas esperadas com operações de crédito	(29.900)		(2.343)	(32.243)
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	(3.694)			(3.694)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	14.340			14.340
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros	809.635	79.482	(108.130)	780.987
Outras receitas e despesas operacionais	(625.578)	(55.243)	31.253	(649.568)
Despesas gerais e administrativas	(658.147)	(70.768)	88.436	(640.479)
Despesas tributárias	(100.134)	(7.749)		(107.883)
Resultado de participações em coligadas	55.460	2.608	(56.066)	2.002
Demais receitas e despesas operacionais	77.243	20.666	(1.117)	96.792
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	184.057	24.239	(76.877)	131.419
Imposto de renda e contribuição social	(3.227)	(5.016)	765	(7.478)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.072)	(4.659)		(6.731)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.155)	(357)	765	(747)
Resultado líquido do período	180.830	19.223	(76.112)	123.941

	01/01 a 31/12/2023		Eliminações e ajustes IFRS	Total
	Financeiro	Não financeiro		
Produto bancário	982.774	60.247	(40.070)	1.002.951
Receitas de juros e rendimentos similares	1.063.161		(125.675)	937.486
Despesas de juros e encargos similares	(869.400)	(9)	183.900	(685.509)
Resultado de ativos e passivos financeiros	310.958	11.709	(47.766)	274.901
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	199.368		(72)	199.296
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	278.687	48.547	(50.457)	276.777
Perdas esperadas de ativos financeiros	(82.694)		(8.046)	(90.740)
Perdas esperadas com operações de crédito	(82.177)		(8.046)	(90.223)
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	(3.213)			(3.213)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.696			2.696
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros	900.080	60.247	(48.116)	912.211
Outras receitas e despesas operacionais	(698.283)	(52.676)	32	(750.927)
Despesas gerais e administrativas	(620.498)	(59.667)	67.624	(612.541)
Despesas tributárias	(119.745)	(4.927)		(124.672)
Resultado de participações em coligadas	57.240	1.262	(58.268)	234
Demais receitas e despesas operacionais	(15.280)	10.656	(9.324)	(13.948)
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	201.797	7.571	(48.084)	161.284
Imposto de renda e contribuição social	(33.792)	(808)	3.136	(31.464)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(49.872)	(1.271)		(51.143)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.080	463	3.136	19.679
Resultado líquido do período	168.005	6.763	(44.948)	129.820

27 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do BS2 incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do BS2 e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Carteira de crédito	42.467	3.177
Pessoal chave da Administração	156	
Outras partes relacionadas	42.311	3.177
Outros ativos financeiros	33	1.282
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	33	1.282
Passivo		
Depósitos à vista	7.132	5.407
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	3.009	34
Pessoal chave da Administração	229	81
Outras partes relacionadas	3.894	5.292
Depósitos a prazo	42.232	38.996
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	31.847	28.357
Pessoal chave da Administração	4.488	1.209
Outras partes relacionadas	5.897	9.430
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.599	539
Pessoal chave da Administração	2.169	341
Outras partes relacionadas	430	198
Letras financeiras subordinadas		1.172
Pessoal chave da Administração		1.172
Outros passivos financeiros		15
Bonsucesso Holding Financeira S.A.		15

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado		
Despesas de captação no mercado	(2.743)	(1.966)
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	(2.743)	(1.966)

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Honorário	(12.892)	(20.661)
Participação nos lucros e resultados	(18.217)	(29.003)
Encargos sociais	(8.242)	(6.845)
Total	(39.351)	(56.509)

O BS2 possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 18 (d).

28 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de outros resultados abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por títulos privados (com destaque na carteira de debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o BS2 utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de ações, opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo BS2 para apurar seu valor justo:



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

	31/12/2024			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	595.384	392.185		987.569
Títulos e valores mobiliários	595.384	392.185		987.569
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	869.960	16.334		886.294
Títulos e valores mobiliários	869.960	16.334		886.294
Outros ativos financeiros				
Derivativos utilizados como hedge (ativos)		76.131		76.131
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	34.341			34.341

	31/12/2023			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	899.690	215.294		1.114.984
Títulos e valores mobiliários	899.690	215.294		1.114.984
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.204.199			1.204.199
Títulos e valores mobiliários	1.204.199			1.204.199
Outros ativos financeiros				
Derivativos utilizados como hedge (ativos)		3.131		3.131
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Derivativos utilizados como hedge (passivos)				

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do BS2 são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do BS2 mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Ativo	31/12/2024				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	454.073	454.073		454.073	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	75.680	75.047		75.047	
Títulos e Valores Mobiliários	408.366	442.639		442.639	
Transações de pagamento	2.102.324	2.102.324		2.102.324	
Carteira de crédito	2.245.828	2.391.164		2.054.605	336.559
Outros ativos financeiros	2.975.668	2.975.668			2.975.668
Total	8.261.939	8.440.915		5.128.688	3.312.227

Ativo	31/12/2023				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	143.896	143.896		143.896	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	204.083	200.469		200.469	
Títulos e Valores Mobiliários	205.657	219.887		219.887	
Transações de pagamento	5.914.800	5.914.800		5.914.800	
Carteira de crédito	1.728.564	1.784.825		1.249.125	535.700
Outros ativos financeiros	913.062	913.062			913.062
Total	9.110.062	9.176.939		7.728.177	1.448.762

Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do BS2 mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Passivo	31/12/2024				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos	4.971.351	5.024.071		5.024.071	
Captações no mercado aberto	435.174	435.174	435.174		
Recursos de mercados interbancários	315.370	320.231		320.231	
Letras financeiras subordinadas	147.605	145.006		145.006	
Obrigações por transações de pagamento	1.240.383	1.240.383		1.240.383	
Outros passivos financeiros	3.636.302	3.636.302			3.636.302
Total	10.746.185	10.801.167	435.174	6.729.691	3.636.302

Passivo	31/12/2023				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos	4.307.662	4.368.564		4.368.564	
Captações no mercado aberto	80.374	80.374	80.374		
Recursos de mercados interbancários	356.756	377.684		377.684	
Letras financeiras subordinadas	252.231	256.330		256.330	
Obrigações por transações de pagamento	5.237.411	5.237.411		5.237.411	
Outros passivos financeiros	1.289.530	1.289.530			1.289.530
Total	11.523.964	11.609.893	80.374	10.239.989	1.289.530

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- **Carteira de crédito:** O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas médias de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, a média das taxas utilizadas nos contratos atuais é utilizada como parâmetro para o desconto destes fluxos.

Além das operações de empréstimo, também compõe este grupo: recebíveis de emissores de cartão de crédito, negociação de títulos e valores mobiliários e comissões receber. Os valores contábeis destes ativos e passivos se aproximam significativamente de seus valores justos, dado que consistem em valores a serem recebidos em curto prazo de operações de cartão de crédito, comissões e depósitos exigidos judicialmente.

- **Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições financeiras e de clientes:** O valor justo dos depósitos a prazo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas das curvas públicas de juros futuros em vencimentos similares.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras subordinadas:** Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das curvas de juros futuros nos prazos e vencimentos similares. Para os valores de depósitos à vista, foi considerado que o valor justo destes passivos é significativamente próximo de seu valor contábil.

- **Transações de pagamento e outros ativos e passivos financeiros:** Composto principalmente por passivos originados de operações de aquisição e negociação de títulos e valores mobiliários. Os valores contábeis destes ativos e passivos se aproximam significativamente de seus valores justos, dado que consistem em valores a serem pagos em curto prazo de operações de cartão de crédito, comissões e depósitos exigidos judicialmente.

29 Índices operacionais

O Banco Central do Brasil determina que as instituições financeiras mantenham um patrimônio de referência (PR), PR nível I e capital principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do patrimônio de referência exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2024, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao patrimônio de referência exigido) de 15,14% (14,63% em 31/12/2023), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido é de 10,5% (índice basileia 8% + ACP 2,5%). Para os índices de nível I e capital principal o indicador ficou em 13,61% (12,29% em 31/12/2023), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora, de 8,5% para o nível I (índice de nível I 6% + ACP 2,5%) e de 7% para o capital principal (índice de capital principal 4,5% + ACP 2,5%).

A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cujas regras são definidas pelo BACEN, é demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
(=) Patrimônio de referência – nível I	733.093	728.848
(+) Capital principal	733.093	728.848
(+ Capital social e reservas	766.188	731.892
(+ Reservas de capital, reavaliação e de lucros	165.554	169.122
(-) Deduções do capital – ajustes a valor de mercado de TVM	26.391	17.380
(-) Ajustes prudenciais	172.258	154.786
(+) Patrimônio de referência – nível II	82.445	139.152
(+) Instrumentos elegíveis para compor nível II (a)	82.445	139.159
(-) Deduções do nível II		7
Patrimônio de referência total	815.538	868.000
Alocação de capital por risco		
Risco de crédito (RWAcpad)	3.172.529	4.083.673
Risco de serviços de pagamento (RWAsp)	819.803	
Risco de mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWacom)	194.702	109.016
Risco operacional (RWAopad)	1.201.065	1.739.573
Ativos ponderados por risco (RWA)	5.388.098	5.932.261
Patrimônio de referência mínimo requerido para RWA	431.048	474.581
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA e para RBAN	459.624	474.927
Margem sobre o patrimônio de referência requerido	384.491	393.419
Margem sobre o patrimônio de referência com RBAN	221.212	244.766
Margem sobre o patrimônio de referência nível I requerido	409.807	372.912
Margem sobre o capital principal requerido	490.629	461.896
Margem adicional de capital	249.788	224.605
Índice de basileia - PR	15,14%	14,63%
Índice do nível I	13,61%	12,29%
Índice do capital principal	13,61%	12,29%
Índice de imobilização	31,74%	29,06%

30 Gestão de riscos

A gestão de riscos do BS2 tem suas políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central do Brasil. Sua abrangência é no âmbito das empresas ligadas ao Banco.

Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantado um sistema de gestão de riscos capaz de identificar, avaliar, gerir e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à alta administração e comitês de auditoria e de riscos uma visão consolidada dos riscos incorridos.

As políticas de gestão de riscos do BS2 embasaram a formulação do apetite ao risco, bem como guiam os colaboradores e formalizam os procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à alta administração. O BS2 revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de risco de forma a refletir as mudanças dos mercados e dos produtos, assim como garantir as melhores práticas.

(a) Governança e responsabilidade sobre riscos

A estrutura de governança e de responsabilidades sobre o gerenciamento de riscos garante uma gestão efetiva dos riscos do BS2.

Nesse sentido, instituíram-se os seguintes comitês: Comitê de Riscos e Comitê de ALM compostos por representantes da Presidência, Vice-Presidência, CRO e Diretoria Executiva e das áreas responsáveis pelo gerenciamento dos respectivos riscos.

No comitê de riscos, são apresentados o relatório de gerenciamento de risco integrado além do comportamento dos indicadores do RAS (Razão de Apetite por Riscos) em conformidade com a resolução 4.557/17 do CMN.

(b) O apetite ao risco

A definição de apetite por risco deve estar integrada com os processos de planejamento estratégico da instituição, de modo que sempre exista um processo de melhoria contínua.

O apetite ao risco define quanto e quais os tipos de risco que o BS2 está preparado para assumir na execução da sua estratégia, sendo o mesmo aprovado pelo conselho de administração. Ela é fundamental para a abordagem integrada de risco, capital e gestão dos negócios e ainda suporta o BS2 na realização dos seus objetivos de rentabilidade sobre o capital. Além disso, é um elemento-chave no cumprimento das obrigações de requerimentos de capital vigentes.

A diretoria executiva do BS2 atribui métricas quantitativas para cada tipo de risco, sujeitas a limites operacionais, de forma a assegurar que:

- As atividades básicas das áreas de negócio possam ser guiadas e controladas, de modo que continuem alinhadas com a definição do apetite ao risco;
- As premissas fundamentais que sustentam o apetite ao risco possam ser monitoradas e, se necessário, ajustadas através dos ciclos de planejamento de negócios; e
- As decisões de negócios para mitigação dos riscos sejam antecipadas e colocadas em prática tão logo as evidências de risco sejam sinalizadas.

O apetite ao risco é monitorado mensalmente e em bases contínuas pelo comitê de riscos.

(c) **Cenários dos testes de estresse**

Análises de cenário para testes de estresse são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do BS2 em situações de eventos extremos, mas plausíveis. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à alta administração, comitê de riscos e comitê de ALM a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam.

Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido e o comportamento do caixa com o volume demandado, tanto para capital como para o caixa, por cenários de estresse incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital e caixa sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras através das ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez e capital definidos no plano de contingência de liquidez e capital. Enquanto a predição de eventos futuros pode não cobrir todas as eventualidades, nem identificar precisamente os eventos futuros, cenários analisados no passado podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos quando eventos similares acontecerem.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são feitas para as exposições financeiras (carteiras *trading* e *banking*) da instituição. Entretanto, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da carteira *banking* não representam prejuízo contábil potencial para o BS2. Isto ocorre pelo fato de que as operações classificadas na carteira *banking* (principalmente as indexadas ao fator de risco pré, cupom cambial e índice de preços) tendem a ser mantidas até o seu vencimento.

Tais análises foram preparadas a partir de cenários elaborados considerando as informações de mercado divulgadas à época. Assim, foram utilizados os cenários que afetariam negativamente as posições da instituição.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom cambial, índices de preços e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações divulgadas pelo mercado (B3, Anbima, etc.);

Cenário II: Choques de mais e menos 25% com base nas informações de mercado, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Choques de mais e menos 50% com base nas informações de mercado, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Apresenta-se a seguir os resultados para a carteira completa da instituição:

Carteira total	Exposições	31/12/2024		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Fatores de risco	Risco de variação em:			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(2)	(326)	(591)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(145)	(200)	(394)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(5)	(126)	(251)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	26	(3.407)	(6.958)
Ações	Preço das Ações			
Demais	Demais fatores de risco	111	(14.268)	(29.186)
Total sem correlação		(15)	(18.327)	(37.380)
Total com correlação		(23)	(15.832)	(32.262)

Carteira total Fatores de risco	Exposições Risco de variação em:	31/12/2023		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	38	(9.060)	(18.770)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(233)	(298)	(592)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(144)	(3.590)	(7.180)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	23	(1.974)	(4.028)
Ações	Preço das Ações	58	(1.448)	(2.895)
Demais	Demais fatores de risco	8	(1.324)	(2.777)
Total sem correlação		(250)	(17.694)	(36.242)
Total com correlação		44	(11.335)	(23.448)

A seguir, são apresentadas as análises de sensibilidade realizadas exclusivamente na carteira *trading*, que consiste em todas as operações detidas com intenção de negociação. São operações destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. É importante frisar que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois revelam impactos considerando uma posição estática dos ativos e passivos, o que difere da situação real, onde a instituição, de acordo com dinamismo do mercado, busca formas de mitigar os riscos associados a estas posições.

Carteira <i>trading</i> Fatores de risco	Exposições Risco de variação em:	31/12/2024		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	4	(1.182)	(2.410)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(52)	(67)	(130)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(338)	(8.462)	(16.924)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços			
Ações	Preço das Ações			
Demais	Demais fatores de risco	(4)	(348)	(691)
Total sem correlação		(390)	(10.059)	(20.155)
Total com correlação		(10)	(1.718)	(3.479)

Carteira <i>trading</i> Fatores de risco	Exposições Risco de variação em:	31/12/2023		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas		(62)	(119)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(98)	(164)	(325)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	451	(11.282)	(22.564)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços		(13)	(24)
Ações	Preço das Ações	58	(1.448)	(2.895)
Demais	Demais fatores de risco			
Total sem correlação		411	(12.969)	(25.927)
Total com correlação		(14)	(2.722)	(5.439)

(d) Risco de mercado

Entende-se como risco de mercado, no âmbito do BS2, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do grupo, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*).

A política do BS2 para o gerenciamento do risco de mercado leva em consideração seu foco nas operações de meios de pagamento, carteira de crédito empresarial, câmbio e sua atuação conservadora da tesouraria que visa basicamente a obtenção de *funding* e a aplicação do caixa excedente dentro de limites pré-estabelecidos.

Estrutura organizacional do gerenciamento do risco de mercado

A estrutura é composta por quatro instâncias decisórias, com diferentes atribuições e responsabilidades que são: conselho de administração, comitê de ALM, comitê de riscos e CRO.

A área de riscos do BS2 é a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado do BS2 como um todo e de cada uma de suas empresas, assim como pela identificação e acompanhamento do risco de mercado das empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro.

Processo de gerenciamento de risco de mercado

As atividades de apuração, controle e divulgação da exposição ao risco de mercado são supervisionadas por sistemas informatizados com:

- Captura das posições em todos os fatores de risco relevantes, carteiras de negociação e *banking*, diretamente dos sistemas legados que controlam os produtos de ativos e de passivos;
- Busca das informações de valores de mercado diretamente dos sites dos órgãos fornecedores, tais como ANBIMA, BACEN e B3;
- Cálculo do valor em risco e das parcelas de patrimônio de referência exigido para cada fator de risco de mercado;
- Geração automática de arquivos a serem transmitidos a órgãos supervisores; e
- Emissão de relatórios de controle e de acompanhamento gerencial.

Dessa forma, busca-se mitigar o risco operacional, erros, omissões e fraudes. Entretanto, será permitida a alimentação dos sistemas pelos funcionários através de planilhas eletrônicas, interfaces para entrada de dados e outros dispositivos similares, assim como a utilização desses instrumentos para a geração de arquivos ou relatórios, quando essa for a conclusão da análise de custo versus benefício, ou enquanto os sistemas estiverem em fase de especificação, desenvolvimento ou implantação.

De modo a se avaliar a adequação dos sistemas e a integridade das informações de posições detidas pela instituição e de valores de mercado, deverão ser realizados testes de avaliação dos sistemas com a periodicidade mínima anual. Esses testes deverão ser conduzidos pela área de riscos. Complementarmente, a verificação da adequação dos sistemas também deverá constar da programação das atividades da auditoria interna.

(e) Risco operacional, social, ambiental e climático

Entende-se o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Já os riscos social, ambiental e climático são definidos abaixo:

Risco social: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

Risco ambiental: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão

de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados.

Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Gerenciamento de risco operacional e social, ambiental e climático

O BS2 adequa suas políticas de gestão dos riscos operacional, social, ambiental e climático, onde estão definidas as responsabilidades, os princípios e diretrizes. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que seus colaboradores em sua totalidade entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais relativos aos riscos operacional, social, ambiental e climático.

Nesse contexto, foram estabelecidos direcionamentos visando o atendimento às novas exigências regulatórias, como a revisão da estrutura de gestão, implementação de novos processos, atualização de metodologias, bem como a adoção de controles, sempre observando o princípio da proporcionalidade e relevância das nossas operações.

O BS2 considera a atividade de gestão do risco operacional e dos riscos social, ambiental e climático como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão destes riscos contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Alocação de capital

Alinhado com as melhores práticas de mercado na gestão de risco operacional, o BS2 tem se preparado para atender às orientações do novo acordo de capitais de Basileia, conforme o cronograma estabelecido pelo Banco Central do Brasil. A partir de dezembro de 2009, o BS2 adotou a abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (RWAopad).

(f) Risco de crédito

Define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Compreende, entre outros:

- O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos;
- O risco país, entendido como a possibilidade de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas à contraparte ou instrumento mitigador localizadas fora do país, incluindo o risco soberano, em que a exposição é assumida perante governo central de jurisdição estrangeira;
- O risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial de valores recebidos fora do país associados a operação sujeita ao risco de crédito;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança;

- O risco de concentração, entendido como a possibilidade de perdas associadas a exposição significativas a a) uma mesma contraparte; b) contrapartes com atuação em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento de produtos ou serviços; c) contrapartes cujas receitas dependam de um mesmo tipo de mercadoria ou atividade; d) instrumentos financeiros cujos fatores de riscos, incluindo moedas e indexados, são significativamente relacionados; e) associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiro; e f) cujo risco é mitigado por um mesmo tipo de instrumento.

Estrutura organizacional do gerenciamento do risco de crédito

A Estrutura para gerenciamento de risco de crédito é composta dos níveis hierárquicos conselho de administração, comitê de riscos, CRO, gerência de riscos, comitê de crédito e superintendência de crédito.

Processo de gestão de risco de crédito

O risco de crédito é inerente aos negócios do BS2. Para mitigá-lo ou evitar perdas, além daquelas projetadas, a gerência de riscos financeiros monitora continuamente as posições em risco por meio de modelos e metodologias que permitam sua identificação, controle, monitoramento e mitigação.

Mensalmente são gerados indicadores que acompanham a evolução da qualidade da carteira de crédito, atraso/inadimplência, posicionamento em relação ao mercado, concentração, suficiência de garantias, bem como sua capacidade de recuperação. Adicionalmente são gerados indicadores que compõem o relatório de gerenciamento de risco de crédito, com informações complementares de nível de provisionamento, despesa de provisão. Os indicadores têm o objetivo de:

- Assegurar a gestão do risco de crédito em linha com os objetivos da organização e o desdobramento da estratégia;
- Fornecer de maneira tempestiva informações para a tomada de decisão;
- Acompanhar o comportamento do capital regulatório da organização e da própria carteira de crédito.

Adicionalmente, a carteira de crédito é submetida a testes de estresse que avaliam a capacidade de resiliência da organização em cenários adverso. Além disso também são realizadas avaliação das perdas esperadas semestralmente.

(g) Risco de liquidez

O risco liquidez origina-se quando da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos), ou seja, entre obrigações a pagar e direitos a receber que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação. O acompanhamento e controle do risco liquidez são essenciais para garantir que a solidez da Instituição seja mantida, bem como as políticas e estratégias sejam cumpridas.

Estrutura organizacional do gerenciamento do risco de liquidez

A estrutura para gerenciamento de risco de liquidez é composta dos níveis hierárquicos conselho de administração, comitê de ALM, diretoria de finanças e riscos, tesouraria e a gerência de riscos financeiros e gestão do capital.

Processo de gerenciamento de risco liquidez

A gestão de liquidez no BS2 consiste no acompanhamento de liquidez no curto e longo prazo visando garantir o cumprimento de forma eficiente das suas obrigações esperadas e inesperadas, considerando inclusive vinculação e liberação de garantias, além de assegurar que a instituição mantenha a exposição de liquidez de acordo com as políticas e normas definidas.

O processo de gestão de liquidez permite monitorar, identificar e analisar o caixa mínimo, a alocação do caixa excedente, os descasamentos de caixa, avaliação do estresse de fluxo de caixa, no curto e longo prazo. Este monitoramento é realizado em tempo hábil para oportunas revisões e retificações, definição das novas fontes de captação, projeções do crescimento da carteira, acionamento do plano de contingência de liquidez, sendo todas as decisões norteadas pelo planejamento estratégico da instituição.

Com foco no monitoramento e análise do risco de liquidez são gerados relatórios diários de acompanhamento de reserva (caixa mínimo e alocação de caixa excedente), relatórios mensais de fluxo de caixa e ainda gerados sob demanda, com o prazo mínimo de 3 anos.

Comunicação Interna

A comunicação interna ocorre através de relatórios diários de acompanhamento de liquidez enviados as áreas responsáveis e de relatórios gerenciais mensais enviados ao comitê de caixa e investimentos.

Nos relatórios diários são controlados os fluxos de caixa para curto prazo e a situação atual de liquidez além do acompanhamento do caixa mínimo, comparando a reserva atual com caixa mínimo determinado nas políticas de liquidez.

Nos relatórios de risco de liquidez mensais são tratados os fluxos de caixa e os descasamentos, contingências, avaliados os ativos e passivos separadamente por liquidez e condição de resgate.

No comitê de caixa e investimentos são avaliados o caixa, as principais saídas e entradas e são deliberadas as ações a serem realizadas conforme a situação liquidez do momento avaliado.

O cenário de stress de liquidez é tratado e acompanhado mensalmente no comitê de riscos.

Além dos relatórios gerenciais, o comportamento diário no caixa também está disponível para monitoramento nos painéis gerenciais de risco de liquidez.

(h) Risco de moeda

	31/12/2024			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo	1.062.972	710.620	410.698	2.184.290
Ativos financeiros	1.062.956	710.619	410.698	2.184.273
Ao custo amortizado	1.062.956	710.619	410.698	2.184.273
Caixa e equivalentes de caixa	357.837	163.650	160.115	681.602
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.966			3.966
Carteira de crédito	21.367	796		22.163
(-) Provisão para perda esperada	(436)			(436)
Outros ativos financeiros	680.222	546.173	250.583	1.476.978
Outros ativos	16	1		17
Passivo	915.989	804.188	436.365	2.156.542
Passivos financeiros	907.405	803.983	436.169	2.147.557
Ao custo amortizado	907.405	803.983	436.169	2.147.557
Depósitos	144.507	5.005	560	150.072
Outros passivos financeiros	762.898	798.978	435.609	1.997.485
Outros passivos	8.584	205	196	8.985

	31/12/2023			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo	231.542	46.840	432.746	711.128
Ativos financeiros	231.531	46.840	432.746	711.117
Ao custo amortizado	231.531	46.840	432.746	711.117
Caixa e equivalentes de caixa	63.310	29.024	7.202	99.536
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.802			1.802
Carteira de crédito	2.471			2.471
(-) Provisão para perda esperada	(53)			(53)
Outros ativos financeiros	164.001	17.816	425.544	607.361
Outros ativos	11			11
Passivo	332.249	48.934	432.759	813.942
Passivos financeiros	330.981	48.934	432.759	812.674
Ao custo amortizado	330.981	48.934	432.759	812.674
Depósitos	33.762	101	6	33.869
Outros passivos financeiros	297.219	48.833	432.753	778.805
Outros passivos	1.268			1.268

31 Outras divulgações

(a) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o BS2 mantinha sob custódia, títulos e valores mobiliários de terceiros conforme a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia	3.845.343	3.373.464

(b) Honorários de auditoria

Em cumprimento aos requisitos éticos do Conselho Federal de Contabilidade, informamos que foram pagos para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. o montante de R\$ 1.188 a título de honorários de serviços de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício de 2024.

(c) Vencimento residual

A seguir a composição por vencimento dos saldos de certos itens do balanço patrimonial:



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

	31/12/2024					
	A vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.058.794					1.058.794
Ativos financeiros	846.264	5.474.955	2.096.432	1.534.658	259.623	10.211.932
Ao custo amortizado	454.079	5.295.456	1.299.547	972.568	240.289	8.261.939
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	454.073					454.073
Aplicações em depósitos interfinanceiros			49.306	26.374		75.680
Títulos e valores mobiliários		49.777	154.626	180.798	23.165	408.366
Transações de pagamento		1.689.677	412.595	52		2.102.324
Carteira de crédito		631.593	680.667	725.930	207.638	2.245.828
Outros ativos financeiros	6	2.924.409	2.353	39.414	9.486	2.975.668
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			664.301	205.658	16.334	886.293
Títulos e valores mobiliários			664.301	205.658	16.334	886.293
Outros ativos financeiros						
Ao valor justo por meio do resultado	392.185	179.499	132.584	356.432	3.000	1.063.700
Títulos e valores mobiliários	392.185	179.499	59.453	356.432		987.569
Derivativos			73.131		3.000	76.131
Outros ativos financeiros						
Total do ativo	1.905.058	5.474.955	2.096.432	1.534.658	259.623	11.270.726
Passivos financeiros	828.007	5.101.989	1.960.202	2.618.109	272.219	10.780.526
Ao custo amortizado	828.007	5.067.648	1.960.202	2.618.109	272.219	10.746.185
Depósitos	828.007	229.432	1.252.141	2.516.196	145.575	4.971.351
Captações no mercado aberto		435.174				435.174
Recursos de mercados interbancários		78.948	176.189	60.233		315.370
Letras financeiras subordinadas		852		27.413	119.340	147.605
Obrigações por transações de pagamento		827.789	412.594			1.240.383
Outros passivos financeiros		3.495.453	119.278	14.267	7.304	3.636.302
Ao valor justo por meio do resultado		34.341				34.341
Derivativos		34.341				34.341
Outros passivos financeiros						
Total do passivo	828.007	5.101.989	1.960.202	2.618.109	272.219	10.780.526
Diferença entre ativos e passivos	1.077.051	372.966	136.230	(1.083.451)	(12.596)	490.200

	31/12/2023					
	A vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	702.563					702.563
Ativos financeiros	359.637	4.617.582	3.880.619	2.106.215	468.322	11.432.375
Ao custo amortizado	144.344	4.617.451	3.467.481	641.937	238.849	9.110.062
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	143.896					143.896
Aplicações em depósitos interfinanceiros			204.083			204.083
Títulos e valores mobiliários		18.417	85.078	94.429	7.733	205.657
Transações de pagamento		3.377.085	2.537.715			5.914.800
Carteira de crédito		461.830	621.260	510.312	135.162	1.728.564
Outros ativos financeiros	448	760.119	19.345	37.196	95.954	913.062
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			127.746	849.980	226.473	1.204.199
Títulos e valores mobiliários			127.746	849.980	226.473	1.204.199
Outros ativos financeiros						
Ao valor justo por meio do resultado	215.293	131	285.392	614.298	3.000	1.118.114
Títulos e valores mobiliários	215.293		285.392	614.298		1.114.983
Derivativos		131			3.000	3.131
Outros ativos financeiros						
Total do ativo	1.062.200	4.617.582	3.880.619	2.106.215	468.322	12.134.938
Passivos financeiros	872.376	4.509.647	4.127.861	1.833.116	180.964	11.523.964
Ao custo amortizado	872.376	4.509.647	4.127.861	1.833.116	180.964	11.523.964
Depósitos	792.002	462.961	1.262.940	1.789.008	751	4.307.662
Captações no mercado aberto	80.374					80.374
Recursos de mercados interbancários		93.527	224.328	38.901		356.756
Letras financeiras subordinadas			71.232	1.307	179.692	252.231
Obrigações por transações de pagamento		2.699.696	2.537.715			5.237.411
Outros passivos financeiros		1.253.463	31.646	3.900	521	1.289.530
Total do passivo	872.376	4.509.647	4.127.861	1.833.116	180.964	11.523.964
Diferença entre ativos e passivos	189.824	107.935	(247.242)	273.099	287.358	610.974

* * *

Composição dos órgãos da administração

Diretoria

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Diretor Presidente

Renata Braga Pentagna Guimarães
Diretora de Governança e Gestão

Rodrigo Braga Pentagna Guimarães
Diretor Comercial

Juliana Braga Pentagna Guimarães
Diretora de Corporate Development

Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior
Diretor de Câmbio

Davi Ponciano Araújo Lima
Diretor de Finanças e Riscos

Ziro Murata Júnior
Diretor Executivo

Rodrigo Elias Moreira
Diretor Executivo

Danilo Ricardo Bono Zimmermann
Diretor Executivo

Comitê de auditoria

Gabriel Pentagna Guimarães
Presidente do Comitê

Carlos Augusto da Silva
Membro Especialista

Conselho de administração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Vice-Presidente

Gabriel Pentagna Guimarães
Conselheiro

João Claudio Pentagna Guimarães
Conselheiro

André Pentagna Guimarães Salazar
Conselheiro

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Conselheiro

José Mário de Paula Ribeiro Júnior
Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0